

Quem produz resistências às ofensivas antigênero?

Anderson Luis Schuck¹  0000-0003-0029-905X
Henrique Caetano Nardi¹  0000-0001-6058-1642

¹Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. 90035-003 –
ppgpsi@ufrgs.br



ref

Resumo: Nas tramas da cruzada contra o fantasma do gênero, objetivamos problematizar o campo de forças da política sexual produzida no oeste de Santa Catarina. Com inspiração em perspectivas genealógicas e cartográficas, foram constituídos diálogos com pessoas envolvidas em polêmicas por defesas de pautas feministas e LGBTQIAPN+ nos espaços legislativos dos municípios. As marcas coloniais deste território são reatualizadas nos valores da família, trabalho e religião, que se entrecruzam com práticas coronelistas e antidemocráticas no Estado, complexificando as articulações neoconservadoras locais-nacionais das ofensivas antigênero. Nas micropolíticas deste ordenamento, com suas desigualdades e violências, emergem momentos de desencaixes e agenciamentos para a ação política e resistências de quem luta pela igualdade e liberdade de viver sem medo.

Palavras-chave: Ofensivas antigênero; neoconservadorismo; Oeste Catarinense; resistências.

Who produces resistance to antigender offensives?

Abstract: In the intrigues of a crusade against the ghost of gender, our objective is problematizing the field of forces of sexual politics produced in the west of Santa Catarina. Inspired by genealogical and cartographic perspectives, dialogues were developed with people involved in controversies for defending feminist and LGBTQIAPN+ agendas in municipal legislative spaces. The colonial marks of this territory are re-actualized by the values of family, work and religion, which intersect with coronelistic and anti-democratic practices in the State, making the local-national neoconservative articulations of anti-gender offensives more complex. In the micropolitics of this order, with its inequalities and violence, moments of disruption and agency for political action emerges and resistance of those who fight for equality and the freedom to live without fear.

Keywords: Anti-gender offensives; Neoconservatism; West of Santa Catarina; Resistance.

¿Quién produce resistencia a las ofensivas antigénero?

Resumen: En las tramas de las cruzadas transnacionales contra el fantasma del género, nuestro objetivo es problematizar los juegos de fuerzas de las políticas sexuales producidas en el oeste de Santa Catarina. Inspirados por la genealogía y cartografía, constituimos diálogos con personas involucradas en controversias por la defensa de agendas feministas y LGBTQIAPN+ en los espacios legislativos de los municipios. Las marcas coloniales de este territorio se actualizan en los valores de familia, trabajo y religión, que se cruzan con prácticas del coronelismo y antidemocráticas en el Estado, produciendo complejas articulaciones nacionales y locales de las ofensivas antigénero. En la micropolítica de este orden, con sus desigualdades y violencia, surgen momentos de desconexión y agencia de acción política y resistencia de quienes luchan por la igualdad y la libertad para vivir sin miedo.

Palabras-clave: Ofensivas Antigénero; Neoconservadurismos; Oeste Catarinense; Resistencias.

Descendo avenidas, quebrando muros e lutando contra moinhos de vento

Derrotado, nosso cavaleiro Dom Quixote, que outrora brandia a “bondade da sua espada” contra gigantes, pouco a pouco dissolvia sua fantasia em uma penosa realidade, da qual restavam apenas moinhos de vento. E de que servem as lutas inúteis? Quem sabe seja por isso que sejam lutas que valem a pena (Miguel De Cervantes, 2012). Longe de demarcar uma leitura paranoica, este texto envolve as perspectivas de quem desce avenidas, pinta/quebra muros e produz movimentos questionadores aos “moinhos/gigantes” mobilizados pelas ofensivas antigênero. Compreende fragmentos de uma pesquisa de doutorado (Anderson Luis Schuck, 2024) que objetivou analisar o campo de forças na produção de uma política sexual na região Oeste de Santa Catarina, em que um dos interesses foi cartografar os pontos de resistência nas micropolíticas deste cenário regional.

A proposta se estabelece a partir do entendimento de que os pequenos municípios do interior do Brasil têm se tornado *locus* estratégico para experimentações e sustentação de projetos neoconservadores propagados por lideranças da extrema-direita. Ao direcionar o olhar para o cenário do Oeste catarinense, refletimos sobre as possíveis (des)continuidades das lógicas conservadoras na formação da região, que se entrecruzam com a atualidade dos movimentos de oposição às pautas e demandas dos movimentos feministas e LGBTQIAPN+, e em específico dos direitos sexuais e direitos reprodutivos. Essas marcas do conservadorismo remetem à identificação de uma comunidade, aos modos de vida e aos projetos de sociedade, que prometem harmonia e felicidade futura através da preservação de determinados laços sociais e institucionais – algo quase mágico e isento de confrontação com as materializações deste mundo compartilhado.

Sobre a colonização do Oeste catarinense, mencionamos, inicialmente, as disputas das fronteiras com a Argentina (Questão de Palmas, 1890-1895) e com o Estado do Paraná (Guerra do Contestado, 1912-1916), tendo como pano de fundo o processo de interiorização brasileira a partir de um ideal de vocação agrícola e por suposta escassez de população. A noção de hermenêutica do vazio foi empregada pelo Estado que designou Empresas colonizadoras para a comercialização das terras, promovendo a eliminação de antigos habitantes (indígenas e caboclos) para fomentar o progresso com a vinda dos colonos com descendência europeia (alemães e italianos oriundos do Rio Grande do Sul). Demarcava-se, com isso, a ideia dos imigrantes desejados, os “de origem”, por carregarem virtudes para o trabalho na pequena propriedade familiar e na crença no catolicismo oficial, em detrimento dos “sem origem”, a “negrada” que foi progressivamente expropriada das terras e de seus modos de vida (Arlene Renk, 2004). A formação deste território se aproxima dos métodos coloniais empregados na África e América, que seguem naturalizando hierarquias e reproduzindo modos de dominação, mantendo os povos prisioneiros da colonialidade do poder (Aníbal Quijano, 2005).

Assim como a raça, o gênero também serviu de justificativa para a dominação, principalmente com a imposição do patriarcado europeu cisheteronormativo, que se apoiou em categorias existentes no mundo pré-intrusão, mas não letais como em sua face moderna (Rita Segato, 2021). Abracar a análise da colonialidade de gênero possibilita compreender a profundidade dos efeitos da colonização, que aponta para a tomada do tempo/espço pelo olhar pornográfico do colonizador, que reafirmou o monopólio masculino branco da violência na família e na vida pública, aplicando a inferiorização, desumanização e interdição da coexistência de outros modos de existência. No caso do Oeste catarinense, esses processos podem ser observados nas interdições de casamentos interétnicos, na despolitização e domesticação das mulheres, principalmente contra aquelas colonizadas (não brancas) e no bloqueio da diversidade nas relações sociais e sexuais (Schuck, 2024).

As linhas conservadoras que seguem organizando esse sistema-mundo colonial se atualizam com a produção do conservadorismo como um pensamento político e econômico em reação à Revolução Francesa (no século XVIII) e com o levante de forças fascistas e ataques aos princípios de um estado de bem-estar social no século XX (Roberto Romano, 1994), que trazem consigo uma dimensão moral para o controle da sexualidade e a gestão dos corpos (Michel Foucault, 1988). Com as metamorfoses sociais, econômicas e políticas, acompanhamos transformações em termos de enfrentamento das desigualdades de gênero e de maior liberdade sexual, mobilizadas, principalmente, pelas lutas feministas e LGBTQIAPN+. Contudo, na segunda metade do século XXI, se produz, igualmente, uma politização reativa por grupos fundamentalistas religiosos, partidos de extrema-direita e interesses neoliberais numa campanha contra o “fantasma do gênero”, uma aliança neoconservadora que ganha identidade política reafirmando a moral religiosa, a defesa da família e a natureza da diferença sexual enquanto fundamentos para as relações sociais e o funcionamento do Estado (Biroli, 2019; Judith Butler, 2024).

Conforme José Manuel Morán Faúndes (2023; 2024), na América Latina, o movimento pró-vida/pró-família historicamente foi marcado por agendas católicas que buscaram defender

sua ordem moral, contudo, mais recentemente, tem intensificado seu caráter ecumênico e secular, com maior incidência na atuação legislativa e no judiciário, o que revela uma dimensão produtiva na reconfiguração da ordem social e na redistribuição de poder. Neste cenário, reforçamos o interesse em questionar como as ofensivas antigênero emergem em contextos específicos, cuidando para não aplicar temporalidades globais em realidades locais e analisando a aderência ou não dos discursos e fraturas destas forças (José Fernando Serrano-Amaya, 2021). Além disso, problematiza-se a produção de políticas sexuais, enquanto ações e demandas dirigidas ao Estado, ou promovidas por sua chancela, para a regulação moral da sexualidade enquanto ferramenta de gestão dos corpos (Sérgio Carrara, 2015).

O redesenho dessa política sexual tem se complexificado com a formação da cruzada transnacional contra o gênero. Para Flávia Biroli, Juan Marco Vaggione e Maria das Dores Campo Machado (2020), esse movimento emerge com registros provenientes da Igreja Católica condenando a "ideologia de gênero", desdobrando nas aproximações entre religião e democracia e se fortalecendo com polarizações políticas e alianças com lógicas neoliberais em diversos países da Europa e da América Latina. No Brasil, os debates emergem na discussão da retirada do termo "gênero" do Plano Nacional de Educação (PNE, 2014), se alastrando em diversos projetos de lei nos estados e municípios. Nessa direção, as condições para eleição de Jair Bolsonaro e de outras lideranças evangélicas representaram uma escalada autoritária e regressão democrática, contribuindo para o acirramento dos antagonismos com as agendas feministas e LGBTQIAPN+ (Biroli, 2019).

De modo localizado, ao analisar os possíveis impactos dessa cruzada no Oeste catarinense, observamos, na pesquisa de doutorado, que as temáticas de direitos humanos, gênero e sexualidades por muito tempo não se configuram como interesse de proposições legislativas, retratando um silenciamento que revela uma governamentalidade pastoral e a reiteração do padrão cisheteronormativo. Este campo de forças se modificou nos anos 2000, com a incorporação de ações para o enfrentamento da violência doméstica e de participação das mulheres nos espaços de controle social e, mais especificamente, no ano de 2014, com a emergência de ataques e acusações à noção de ideologia de gênero na PNE, que se desdobrou em projetos do Escola sem Partido. Com as eleições presidenciais de 2020, nota-se a intensificação de discursos antigênero, utilizados para demarcar a polarização política em âmbito nacional, com repercussões locais com a submissão de projetos envolvendo linguagem neutra, banheiro unissex e antiLGBTQIAPN+. Neste mesmo período são apresentados projetos que poderiam contribuir para o reconhecimento da diversidade sexual e de gênero, que foram massivamente arquivados e rejeitados (Schuck, 2024).

Ao articularmos análises sobre as estratégias e táticas mobilizadas para a incorporação e o avanço das pautas antigênero, buscamos compreender como os diferentes sujeitos/coletivos produzem resistências micropolíticas às relações de saber-poder que penetram as tramas do cotidiano e se relacionam com o Estado (Foucault, 2019). Envolve momentos que os saberes marginais tomam posição frente aos discursos que veiculam o poder, com suas interdições e silêncios, e como propõe Jacques Rancière (2021), são possibilidades para emergência de ação política que redesenha as regras de aparecimento e os modos de ocupar espaços dos corpos subalternos, contribuindo para a nomeação dos danos de uma partilha desigual daquilo que é visível, anunciável e sentido. Caminhar com quem resiste se relaciona com uma tarefa decolonial que realoca sujeitos e contribui para a liberação de projetos históricos e cancelados dos povos (Segato, 2021). No enfrentamento do fantasma de gênero, implica ações que devem se fazer aliadas à afirmação de vidas queer, trans e intersexo, numa visão ética e política que possa "ajudar a produzir um mundo no qual possamos nos movimentar, respirar e amar sem medo da violência" (Butler, 2024, p. 32).

Construindo caminhos e diálogos para pensar resistências

É lindo o céu no Oeste catarinense. Ao percorrer trechos de estradas esburacadas, com muitas árvores no caminho, e ao entrar e se perder nas poucas ruas das cidades, logo se percebe um outro ritmo, paisagens, jeitos de falar e se fazer entender, e são muitos os olhares desconfiados. Esses fragmentos fizeram parte do percurso teórico-metodológico da pesquisa inspirada na genealogia e cartografia que pretendeu interrogar as redes de saber/poder em torno das ofensivas antigênero, que se conectam com sistemas locais e se inscrevem nas coisas vividas, na superfície dos corpos, nas práticas que conformam cotidianos, definem projetos de vida e moldam os corpos (Vera Portocarrero, 1994). Essas perspectivas permitem analisar a história enquanto uma metamorfose que considera a singularidade dos acontecimentos e a existência de territórios inexplorados que emergem no acaso das forças, fazendo emergir novos sentidos e sujeitos.

Ao acompanhar os projetos nas Câmaras de Vereadores dos municípios, foi possível identificar sujeitos/coletivos que se envolveram em discussões contrárias aos projetos antigênero,

ou melhor, produziram polêmicas ao impor o exame e a discussão de coisas que não eram consideradas anteriormente, alterando a arquitetura desigual do visível e dizível (Rancière, 2021). Com base nesse movimento, traçamos diferentes trajetos e desejos para estabelecer contando com as participantes deste estudo, num coletivo constituído inicialmente por cinco (05) vereadores e vereadoras (com mandatos entre 2021 a 2024) e de um (01) representante em anos anteriores. Em seguida, aproximamos diálogos com cinco (05) integrantes de entidades e coletivos feministas e LGBTQIAPN+, e buscamos o contato com professoras alvo de acusações por propagar ideologia de gênero, sendo possível envolver um (01) participante, considerando o desafio na indicação e aceite em abordar tal contexto.

No que se refere à identificação das participantes, uma parcela destas mencionou o medo de processos judiciais e perseguições, visto que residem em cidades pequenas e que a visibilidade de seus posicionamentos poderia provocar repercussões. Sendo assim, optamos por manter o anonimato de todas. Ressaltamos que o coletivo será nominado no feminino, sendo utilizadas letra e número para diferenciação das participantes (de A1 até L12) e, quando a fala ou contexto favorecer, a caracterização utilizar-se-á da nomenclatura *N.I.* (Não Identificada). De modo geral, destacamos: a) identidade de gênero: 06 mulheres cisgênero, 01 mulher transexual e 03 homens cisgênero; b) orientação sexual: 05 heterossexuais, 03 bissexuais, 03 gays e 01 lésbica; c) raça: majoritariamente pessoas brancas e algumas pardas; d) idade aproximada: entre 20 e 50 anos; e) das 12 pessoas entrevistadas, apenas três (03) delas não nasceram na região Oeste catarinense; g) das vereadoras, cinco (05) estão em partidos de esquerda e uma (01) de centro-direita.

Os diálogos-entrevistas se pautaram pela perspectiva cartográfica que considerou as afecções, fluxos, forças e movimentos do território pesquisado, com atenção às intensidades para irrupção e diferenciação de conhecimentos, enquanto modo de complexificar os fenômenos, encontrar as diferenças e abarcar experimentações de enunciações e sentidos (Domenico Uhng Hur, 2021). Ainda, as análises compreenderam uma dimensão ética, estética e política do trabalho intelectual, que, segundo Foucault (2019), usa os saberes para lutar contra verdades hegemônicas e as hierarquias que se impõem por poderes totalizantes, que barram e invalidam outros discursos na trama da sociedade. Mais do que um modo de dizer, a pesquisa teve pretensão de uma escuta reparadora, explorando a multiplicidade de narrativas e graus de potência das lutas, para seguir mesmo ao “sofrer uma angústia implacável” e “tentar quando as forças se esvaem” (Cervantes, 2012).

Entre modos de habitar e as subjetivações em luta no Oeste catarinense

Nas sínteses dos diálogos-entrevistas, abordamos inicialmente a (re)configuração de olhares sobre o contexto histórico e cultural da região e suas metamorfoses com a atualidade das ofensivas antigênero, do qual se projetam as condições para subjetivação política das participantes do estudo. Sobre a produção geopolítica deste território, D4 sinaliza uma reunião de que participou em âmbito nacional: *“Eu vou contextualizar vocês. Vocês não estão falando com um grupo de pessoas que luta política como São Paulo luta. Aqui, dois, três podem morrer”*. Essa contextualização serve de argumentação sobre os mecanismos coloniais na realidade local, que encontram nas lógicas conservadoras a reprodução de formas desiguais de habitar esses sertões do interior brasileiro. Em diversos momentos, as participantes mencionam como a colonização privilegiou as famílias de imigrantes e que dividiu simbólica e materialmente os espaços, visibilidades e funções nesta sociedade. Este modo de vida eurocêntrico idealizado segue reafirmando os parâmetros identitários de defesa de valores ligados à família, à religião e ao trabalho, com base na imagem do “desbravador”, atualizando lógicas em que muitos podem morrer para alimentar o imaginário do progresso.

Os ideais em torno da família patriarcal, da posse da terra e do acúmulo de capital se constituíram enquanto justificativas para a demarcação das fronteiras sociais contra indígenas e caboclos e, privadamente, se encarregou do destino dos membros das famílias colonizadoras. Esse padrão familiar é reatualizado pelas ofensivas antigênero, que buscam restituir o modelo reprodutivo e cisheteronormativo, mesmo que a sonhada ordem patriarcal do passado nunca tenha existido na forma que se busca efetivar no presente (Butler, 2024). A tentativa de perpetuação destes valores idealizados pode ser observada no comentário de L12 que, ao se mudar para a região, estranhou diálogos como: *“As duas ficaram trocando figurinhas sobre o passado das famílias e quem conhecia quem, né? Então, eu acho que isso é a cara desse conservadorismo, né? (...) o passado familiar (...) sabe?”*. Essa noção de um legado entre as famílias, mais do que mobilizar dimensões de pertencimento, demonstra a virtualização dos projetos que defendem a noção das famílias “de origem” que, como efeito, provocam o engajamento contra aquilo que ameaça a destruição do “nosso mundo”.

“De que família você é?” A ideia da “nossa gente” produz a perspectiva de um “eu” subjetivado cujas marcas conservadoras reproduzem a autoridade do homem, adulto, branco, heterossexual e religioso, que se contrapõe ao imaginário de uma “mulher angelical” (A1), atravessada por diferentes desigualdades sociais, materiais e simbólicas, em um processo de domesticidade feminina (B2 e C3), que se intensifica para as mulheres racializadas (Segato, 2021). Mulheres pardas, indígenas e imigrantes (principalmente haitianas e venezuelanas) são continuamente exploradas no comércio e nas agroindústrias (H8), limitadas nas condições e forças para resistirem aos contextos que as expõem a diversas violências. Sobre a intersecção de raça e classe, I9 reflete, ainda, que mulheres brancas e com poder econômico muitas vezes se sentem beneficiadas por esse ordenamento misógino, mesmo às custas de se silenciarem em relação aos abusos que sofrem em seus contextos familiares e no trabalho.

A moralidade que preserva as tradições e se silencia em relação às violências e opressões reflete a percepção de uma “bolha”, cujas contradições se ampliam nos municípios pequenos (E5). Mesmo reconhecendo a agência das mulheres e a luta histórica junto aos sindicatos e movimentos sociais na região (como o Movimento das Mulheres Camponesas), H8 menciona que esse cenário de avanço de pautas feministas se modificou com o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff (2016) e com o avanço do bolsonarismo, reftreando conquistas na participação das mulheres e enfrentamento das violências de gênero na cidade e no campo. Como observam Victor Araújo e Malu A. C. Gatto (2022), na atualidade, os movimentos neoconservadores provocam um deslizamento nestas temáticas, não sendo menos propensos à implementação de legislações, mas estão mais preocupados com gastos de governo e a preservação das unidades familiares, o que resulta na manutenção dos riscos para a vida das mulheres. Nesse cenário, outro movimento do campo de forças é a cooptação e o engajamento de lideranças femininas por estes grupos, ao acreditarem que essa seria a verdadeira cruzada para superar sua impotência: preservar a família e proteger o futuro de seus filhos (Biroli; Vaggione; Machado, 2020).

Outro elemento desta “bolha” envolve o apagamento da diversidade sexual e de gênero, que se disfarça repetidas vezes de: “até tenho um amigo que é, mas não na minha casa” (A1), repercutindo nas recomendações de manter privadas as vivências da identidade e a orientação sexual, notadamente para não causar vergonha familiar. Isso faz com que muitos jovens LGBTQIAPN+ de cidades pequenas migrem para grandes centros urbanos, pelo receio da rejeição familiar e/ou limitação da expressão de sua identidade e sexualidade. Sobre essas questões, C3 menciona a conversa com um pai que, ao saber que seu filho se identificava como gay, alegou: “mas porque ele (...) ele é tão lindo, (...) tu sabe, não tenho nada contra, (...) mas só tenho ele de filho homem (...) eles vão começar a falar do meu filho e não vou aguentar, eu vou dar na cara”. Entram em jogo, nessa narrativa, dimensões culturais que reafirmam a proteção do legado familiar, ancorada em dualismos religiosos (lindo/feio, bom/mal e de virtude/pecado), revelando a tentativa de integração dos membros destas famílias e de formação normativa das experiências diversas.

Sobre essa questão, J11 aborda que a suposta integração se diferencia em relação aos “gays afeminados”, se estendendo às pessoas LGBTQIAPN+ racializadas e de bairros pobres, visto que: “para eles, aqui, tudo bem você ser gay, mas você tem que ser aquele gay padrão, sabe?”. Essa realidade contribui para a ilusão de segurança para quem permanece nessa submissão ao padrão, mas segue fragmentando as possibilidades de vinculação ética e política com quem está mais exposto às violências e às vulnerabilidades (Butler, 2018), como exemplificado no forte relato de D4 envolvendo a morte de Carol Machado, mulher travesti e membro da UNA LGBT de Xanxerê/SC que, após desfilar no 7 de setembro, foi: “morta com requintes de crueldade, estuprada, escalpelada. E a gente sabe quem foi que fez, era um político que estava no palanque, que era cliente dela”.

Os pontos elencados acima se entrecruzam com discursos reiterados de: “Fulano é gay, é meu cliente, mas assim transformar e levar isso para política não, né? (...)” (A1), demonstrando a recusa do debate público sobre os direitos desta população, fato que se confirma com a escassez de iniciativas e debates legislativos na região (Schuck, 2024). Outrossim, repercute nas apropriações neoconservadoras que usam a ideia dos “nossos LGBTQIAPN+ lindos e defensores da família” contra aqueles e aquelas que devem permanecer nas margens, e, portanto, não devem querer ocupar as ruas e se movimentar para enfrentar as contradições deste ordenamento social desigual.

Como pano de fundo desses apagamentos, problematizamos o vetor religião, fator que historicamente contribuiu para manter a influência dos valores cristãos, reforçando as distâncias simbólicas dos colonos imigrantes contra os caboclos e indígenas (Renk, 2004). Esse conservadorismo religioso que hegemonicamente orientou a conduta dos fiéis se alicerça nos princípios da diferença sexual, da complementariedade dos sexos e nos fundamentos do matrimônio, significantes empregados pela estratégia católica para fundamentar o sintagma da ideologia de gênero, estratégia que tem sido amplamente incorporada por segmentos neopentecostais (Biroli, 2019). E apesar das tentativas de secularização das marcas religiosas

na política, observamos que, no cenário local, essa interferência se mantém praticamente inquestionada, como aborda D4 ao refletir que se produz: *“a ideia de uma sociedade extremamente religiosa e fundamentalista, eles gostariam muito da possibilidade de todo mundo se ajoelhar e fazer o que eles querem”*. Nesse ponto, nota-se que a governamentalidade pastoral, enquanto modo de conduzir os sujeitos em todas as circunstâncias de suas vidas (Foucault, 1988), se metamorfoseia na atualidade das alianças neoliberais e neoconservadoras, a partir de ligações entre salvação, prosperidade material e felicidade na estabilidade da diferença sexual que, segundo Morán Faúndes (2024), busca forjar uma utopia teológica de futuro.

Outro componente dessa formação identitária regional é o trabalho, que envolve a ideia de “povo trabalhador”, aspecto contrastado na fala de H8: *“você valoriza o trabalho, mas você não paga, não remunera o trabalho (...) você valoriza a propriedade que é fruto dele”*. Essa exploração revela o poder sem limites do capitalismo, que intencionalmente provoca a vulnerabilidade do trabalhador e a limitação de sua proteção social pelo Estado e, ao mesmo tempo, submete o investimento de seus desejos aos propósitos do sistema, contribuindo para que suas escolhas reproduzam o *status quo*, fator que favorece a ascensão de lógicas conservadoras (Suely Rolnik, 2018). Repercutem, ainda, na formação de uma elite econômica que, no Oeste catarinense, possui fortes ligações históricas com as empresas colonizadoras, cujos benefícios da dominação fizeram brotar inúmeras fortunas, restando aos colonos imigrantes, seus filhos e netos apenas seguir trabalhando para essas mesmas elites e eleger seus representantes.

O casamento de interesses entre as elites locais com a política pode ser observado na fala de E5: *“algumas famílias comandam a política do município (...) quando se sentem ameaçadas por alguma liderança (...) eles se juntam (...) a cidade tem dono”*. Esse mandonismo reatualiza o legado marcadamente coronelista de quem foi designado para governar, cujas ações estão acima da lei e das instituições democráticas, propagando livremente estratégias de perseguição aos inimigos políticos (Monica Hass, 2013). Para D4, essas características estão presentes em lideranças de partidos de extrema-direita, que manejam influências nas igrejas e nas empresas, impondo votos de “cabresto” e intensificando o medo e ódio aos inimigos enquanto forma de controle social, o que é reafirmado por H8: *“Uma hora tá vestido de neoliberal, outra de evangélico, de liberal do novo, não sei o quê, e no fim das contas a roupagem acaba importando um pouco, já que seguem exercendo a violência”*. Como já anunciado, “eles se juntam” para se defender das ameaças de desintegração desse sistema-mundo, aspecto que reforça a sustentação moral dos seus regimes políticos, e é neste ponto que quem desafia essas lógicas acaba (re)conhecendo os mecanismos violentos.

Frente a esse panorama, é interessante a analogia de F6: *“eu brinco que Chapecó é aquele primo do interior que cresceu. Você não vê há muito tempo, e depois está grandão, mas quando abre a boca continua sendo o primo do interior”*, apesar de seguir sua reflexão apontando que a região segue subestimada, visto que exporta frango, porco, grãos, lideranças conservadoras, mas também é protagonista da luta operária e de movimentos sociais, não estando alheia às transformações culturais e políticas. Este cenário, como exposto por Rancière (2018), reflete a existência do litígio de dois mundos alojados num só, de conflitos que possibilitam a atividade política em torno da existência e qualidade de quem está presente nesta cena comum.

Para “alcançar a estrela inatingível” (Cervantes, 2012), o incomensurável da política, presente na voz ampliada, no movimento dos corpos, nos processos de desfazer-se das capturas identitárias, entre outras linhas dos modos de subjetivação que se produzem na reconfiguração de um campo de experiências. A noção de que algo se movimenta com a política é abordada por L12, ao relatar que: *“sempre me coloco à disposição, querendo fazer alguma coisa diferente, porque são quebras de cotidiano (...) É se posicionar contra o que está aí. E fazer isso com o corpo, palavras, intervenções”*. Essa ideia de quebra dialoga com a proposta de Jota Mombaça (2021), de apostar no estilhaçamento daquilo que nos é dado, e remete aos desconfortos, feridas, desobediências e incertezas de estar junto para criar um outro modo de habitar o mundo.

Entre os estilhaços, emerge o sujeito da ação, que não pode ser constituído anterior à política, mas a partir dos desencaixes e agenciamentos do que foi consensualmente designado numa ordem social (Rancière, 2021). Ao dialogar com as participantes, esses momentos de rearranjos do sensível se estabeleceram no confronto com o machismo (C3), nas violências e preconceitos em espaços políticos (B2), nas barreiras e no medo de circular livremente (J11), na iminência da fome e do desespero (F6), dentre outros contextos pessoais e sociais. Mas para essas participantes o envolvimento em coletivos foi condição para desconstruções e maior potencial de liberdade, mencionando fortemente a atuação na Pastoral da Juventude (E5, F6 e G7) e do movimento sindical (C3 e H8), que ainda hoje são fundamentais para movimentar leituras críticas e participação social nas lutas locais.

Revistar esses contextos possibilitou repovoar memórias e imaginários de resistência de quem morreu confrontando as tentativas de estrangulamentos do poder. Em uma das falas (N.I.), é abordada a lembrança de Janete Cassol: *“liderança do sindicato que foi brutalmente*

assassinada em 1988 (...) os motivos a gente sabe, mas a polícia não desvendou, não houve interesse”, seguindo com a reflexão de que: “era uma militante, com todo o gás, e que não aceitava injustiça, denunciou pessoas da elite que estavam envolvidas em vários crimes, foi uma queima de arquivo”. As intensidades desse fragmento de morte e vida são anunciadas em seu sepultamento, no poema lido por Padre Ivo (1988):¹

Janete Ainda viva
 (...)

 JANETE operária,
 JANETE PJ,
 JANETE comerciária,
 JANETE PT,
 JANETE Cristã,
 JANETE lutadora,
 JANETE atuante
 Jovem militante na ação transformadora.
 (...)

 Perfuraram teu corpo!
 Vasaram teus olhos!
 Espancaram teu rosto!
 Espoliaram tua vida!
 (...)

 Tua morte (triste sina) é a imortal denúncia contra a opressão assassina.
 Tua vida, flor precocemente colhida, ainda perfuma no grupo, na luta, no trabalho, na família, a fragrância do amor, da garra e da partilha.
 JANETE, mesmo partindo para a vida definitiva, tua causa vamos perseguindo, cada vez mais viva!!!

Seguimos impactados com a leitura deste poema, que denuncia a violência contra Janete e outras tantas mulheres, e que nos convoca a manter a indignação contra as injustiças e as opressões. O sangue ainda pulsará em outros corpos, muitos olhos seguirão abertos, diferentes rostos buscarão reconhecimento, e a cada vida espoliada muitos ainda se levantarão para “reparar o mal irreparável” (Cervantes, 2012). O corpo de Janete permanece em luta (enlutado) mesmo após a sua morte, movimento que produz alianças inquietas e imprevisíveis, como no Coletivo que leva seu nome e luta contra a violência de gênero na região de Xanxerê/SC. Para Butler (2018), a reunião dos corpos que vivem precariedades compartilhadas possibilita convergir necessidades privadas com a ação corporificada no espaço público, na direção de projetos radicalmente democráticos.

São esses desencaixes e contestações que passam a ser encarados como ameaças pelas pretensões de estabilização e normalização do mundo conservador, que se atualiza com o neoconservadorismo, e como identificado, segue insistindo na dicotomia entre público/privado, ignorando as ambivalências micropolíticas, numa operação que se utiliza do público para propositalmente alienar e despolitizar o privado. Como anunciado repetidas vezes pelas participantes, notamos que a atuação de lideranças da extrema-direita busca encobrir episódios de violência e assédio contra suas companheiras e funcionárias e o envolvimento com pessoas LGBTQIAPN+, temendo a exposição e a polemização de situações presentes em seu cotidiano. Essas lógicas, por mais visíveis que sejam, geralmente não são questionadas por apoiadores destas lideranças, reforçando a onipotência do soberano que se autoriza aos abusos do poder e se isenta das obrigações morais designadas aos súditos (Romano, 1994) que, governados,

¹ Esse fragmento é uma poesia apresentada durante processo de entrevista (gravura).

devem seguir com os costumes, ignorando descaradamente as transformações de gênero e sexualidades.

O contrário ocorre com quem reivindica o aparecimento de uma dimensão privada no espaço público, e no Oeste catarinense os povos indígenas e caboclos, as mulheres, as pessoas LGBTQIAPN+, os imigrantes e outros grupos sociais seguem confrontando espaços e relações em que os direitos nem sempre são codificados. Essa busca por reparação é mencionada por D4, ao contar que: “(...) *desenhava a minha família morando num castelo e a minha mãe sem precisar limpar o chão. (...)* *Aí quando eu fui para juventude organizada, eu entendi que isso não era uma tentativa de riqueza, mas de criar um espaço digno para minha mãe viver*”. Mesmo em estados de dominação, precisamos estar atentos à correlação de forças e à abertura para maior liberdade, numa recusa ao que fomos feitos (Foucault, 2019), potencializando picos de resistência que buscam redesenhar os encontros cotidianos entre o público e privado em termos de democracia, autonomia e direitos.

Micropolíticas do campo de forças antigênero e a violência do neoconservadorismo

Como fazer ouvir um discurso onde havia apenas um ruído? Essa provocação busca tornar visíveis e audíveis discursos silenciados pelas táticas do adversário, mas que permanecem em disputa contra as formas de aplicação do poder. Nos diálogos-entrevistas, refletimos sobre a emergência e a dispersão de pautas antigênero nas Câmaras de Vereadores no Oeste catarinense, com a propagação dos projetos do Escola sem Partido, linguagem neutra, banheiro unissex, com destaque para o caso de Chapecó/SC, com aprovação de leis antiLGBTQIAPN+. ²

Conforme D4, a política neoconservadora tem buscado: “*atacar a esquerda como um todo, a sexualidade das pessoas, a liberdade sexual (...) e vida das pessoas LGBT, porque, para eles, a gente não vale. Se a gente está sendo visto, a gente pode ser atacado, entende?*”. Essa frase possibilita encadear análises sobre os movimentos, lugares e sujeitos que movimentam esse campo de forças, demonstrando que mais do que uma questão periférica e problema das minorias, como alerta Éric Fassin (Larissa Pelúcio; Diego Paz, 2019), a democracia sexual está no coração da democracia, afetando a ordem social e política, com capacidade de fazer ganhar eleições e intervir no Estado. E revela, ainda, os contornos do sadismo desencadeador da destruição de modos diversos de vida (Butler, 2024).

Para Rancière (2018), a desigualdade que se instaura entre os seres falantes não é da ordem da ausência de compreensão, mas, sim, do imperativo de que cabe aos outros apenas obedecer. Para as participantes, essa dominação envolve os setores religiosos que possuem ligações econômicas com os “fiéis empresários” e que acabam recebendo apoio da população por incorporar “Deus e família” em suas propostas. No caso de Chapecó/SC, para D4 e I9, há vinculação dos vereadores com a base evangélica neopentecostal, aspecto que repercute na imposição de uma agenda pública antigênero, diferentemente do observado na maioria dos outros municípios, que demonstram ligação com a religião católica e, aparentemente, preferem o silêncio normalizador sobre essas temáticas.

No que se refere à influência dos empresários, F6 propõe uma interessante analogia: “*no fim, o que importa é o debate econômico (...) sabe quando o Scooby-Doo vai tirando a máscara do monstro? Quando a gente vai tirando a máscara da homofobia e do racismo, o que está lá no cerne é o capitalismo*”. A face por trás dessa máscara aponta para uma realidade regional com predominância de empresas que são de propriedade das “famílias tradicionais”, e que se utilizam desse privilégio para interferir na política e na sociedade local, o que denota como os interesses conservadores ligam a defesa da intimidade e honra destas famílias (D4) com o pensamento orientado para o desenvolvimento econômico (C3). Entre receios e medo no semblante das participantes, mencionam que são empresários da construção civil, cooperativas ligadas à agroindústria, mídias locais e profissionais da medicina e do direito. Para F6, I9 e K11, esses setores se beneficiam do *status quo* social e dos favorecimentos estatais, revelando quem faz da incitação ao ódio um negócio e se utiliza do medo como estratégia para manter seus interesses de dominação (Butler, 2024).

Pintando muros. Um dos acontecimentos que demonstra o entrecruzamento do conservadorismo com setores econômicos pode ser observado em um acontecimento em Pinhalzinho/SC, no qual um clube de serviços pintou o muro de uma casa com as cores da bandeira LGBTQIAPN+ e as seguintes escritas: “love wins” e “amor é amor”, no ano de 2022. Em seguida, foi solicitado que o muro fosse repintado de cinza, a partir da pressão de empresários. Dos desdobramentos desse episódio se seguiu uma intensa polemização nas redes sociais, entre

² A saber: define a justa competição do esporte, vedando a participação de atletas trans (Lei 7948/2023), a autorização para uso de banheiros conforme definição biológica de sexo em escolas e templos (Lei 8023/2024) e a proibição de crianças em “paradas gays” (Lei 8090/2024).

quem defendia a pintura colorida³ e de reações contrárias. Em torno do muro que se fez cinza, como refere a participante (N.I.), se produziu “*escuridão ali onde estava todo aquele brilho e alegria*”, reforçando o patrocínio de muros que devem seguir levantados e apagados, e que receberam apoio por parte do legislativo, visto que muitos vereadores “*devem a alma ao empresariado*” (B2) por sustentarem suas campanhas...

Cabe observar, no cotidiano regional, que a proximidade dos vínculos entre empresários, representantes políticos e seus eleitores resulta numa ação direta de tirar satisfação e buscar os espaços públicos para mobilizar pautas de interesse particular. Como menciona H8: “*cidade pequena é assim, o cara fala uma coisa numa tarde na sala de aula, chega de noite em casa, no outro dia está na Câmara e na Prefeitura, estão na escola pedindo a cabeça dele, é muito complicado*”. Debater indica a qualidade de examinar conjuntamente um problema, e conforme E5, é perceptível uma inversão na atualidade, ao indicar que: “*nas pautas de costume, meu Deus (...) os debates, qualquer coisinha era motivo para fazer um estardalhaço. E aí, temos que reconhecer, eles são muito bons de redes sociais*”. Segue o entendimento de que uma das táticas utilizadas pelos neoconservadores é o recorte de narrativas para fazer circular entre os grupos de apoiadores, mas se registra que ainda se convive com “antigos” métodos, a exemplo do vereador que fica mexendo na sua arma durante as votações (D4) ou de mobilizar os aliados das igrejas para ocupar a Câmara em pautas polêmicas (F6 e G7). Como efeito, ao “*tirar a máscara do Scooby Doo*”, evidenciam-se modelos de governança e de regulação sexual que buscam restringir as definições de cidadania, a exemplo da pintura do muro, em que o recado dado foi: “*nós LGBT não pertencemos à cidade*” (N.I.).

Especificamente sobre as pautas antigênero, as participantes referem a compreensão de um movimento que se organiza em rede, visto que projetos com teor antifeministas e antiLGBTQIAPN+ vão emergindo em diferentes cidades brasileiras. Para F6 e G7, essa dinâmica abarca o assessoramento de vereadores por empresas e gabinetes de deputados e senadores e, conforme E5, reforça o casamento de interesses que tem usado da oferta de emendas legislativas nos municípios como meio para sustentar o capital político nas regiões, ao passo que os vereadores deturbam suas funções e atribuem uma autovalorização por seu potencial de captar recursos (emendas). Essa barganha faz com que as pautas venham “de cima”, como uma obrigação de defendê-las, mas também se relacionam com o uso oportunista de pautas regionais quando o deputado quer ampliar sua força eleitoral, como o caso da Lei 8090/2024, que primeiro foi aprovada em Chapecó/SC e, depois, virou pauta estadual. Essa dinâmica das forças demonstra que as cidades do interior não apenas incorporam as demandas, mas, por sua posição estratégica, se tornam “berço de experiências” da extrema-direita, dimensão que reflete os usos de cenários latino-americanos, historicamente atravessados por formas tradicionais de política que fragilizam princípios democráticos (Serrano-Amaya, 2021).

Descendo a avenida. Uma das quebras nas barreiras e silêncios sobre gênero e sexualidades é a Parada de Luta LGBTQIA+ do Oeste catarinense, organizada pela UNA LGBT de Chapecó/SC. Em sua 7ª edição (2024), reuniu aproximadamente 8 mil pessoas em torno do lema: “*Liberdade para viver!*”. O Manifesto da organização destacou a ocupação do legislativo para denunciar os golpes à aprovação de leis antiLGBTQIAPN+, mesmo com as diversas manifestações de inconstitucionalidade, solicitadas e emitidas por entidades como Ministério Público Federal, Defensoria Pública e outros órgãos.

Além da ocupação de espaços públicos, observamos que os movimentos sociais e partidos de esquerda têm buscado o judiciário para reverter a implementação das legislações. Sobre isso, Carrara (2015) já alertava acerca dos perigos da judicialização dos direitos LGBTQIAPN+, ao contemplar que a justiça tem sido mais parte do problema do que a solução, tendo inúmeros limites em acolher as demandas que lhe são dirigidas. Paralelamente, a extrema-direita reiteradamente tem ignorado os pareceres de inconstitucionalidade, deslegitimando a atuação do judiciário e aprofundando os ataques às entidades democráticas que, de forma arbitrária e despreocupada, se utilizam das pautas antigênero como moeda de troca para os interesses locais e fortalecem as trincheiras contra as instituições nacionais, notadamente o Supremo Tribunal Federal e o atual governo federal. Em contrapartida, F6 analisa o desafio em constituir uma rede nacional-local para enfrentamento dos ataques que resultaram na aprovação das legislações em Chapecó/SC, no sentido de fazer com que “*os canais de mídia olhem para cá*” e que “*a gente consiga fazer o debate chegar nos quadros da grande política*”. Não se trata de um pedido de resgate, mas da exigência de um redesenho do lugar e potência das resistências micropolíticas nas disputas em torno do Estado.

Nesta encruzilhada, outra estratégia mobilizada para neutralizar o impacto do movimento LGBTQIAPN+ envolve as tentativas de captura nos embates públicos, visto que: “*eles nos puxam à direita à medida que a gente tem que falar que (...) LGBTs também têm filhos, que a gente se interessa pela inocência da criança, que a Parada é lugar de família, que não tem*

³ Movimentos de resistência que contribuíram para a fundação da UNA LGBT e organização da Primeira Parada de Luta LGBTQIAPN+ em Pinhalzinho/SC.

promiscuidade" (F6). Esse cercamento do debate, segundo D4, tem recaído, principalmente, sobre a questão da proteção das infâncias, e sobre isso há o receio de que possam alegar *"que estamos querendo tornar as crianças LGBT"*, elemento que se aprofunda nas matérias envolvendo identidade de gênero, visto que percebem uma maior aceitação conservadora no ataque às pessoas trans (F6), como exposto nas leis sobre competições esportivas e no uso dos banheiros. Essa manobra reforça o alerta para que os movimentos sociais não caiam nas amarras de uma moralização sexual, e apontam para o desafio de alcançar os contextos cotidianos em que os direitos à cidadania estão ainda mais restringidos e muitos sujeitos não conseguem se apropriar dos direitos sexuais.

Para além destes constrangimentos, é preciso argumentar sobre a intensificação da violência neoconservadora que, nos relatos das participantes, se apresenta nas vivências cotidianas de perseguição, ameaças e difamação. Nas análises de Rolnik (2018), o regime colonial-capitalístico se alimenta dos abusos da força vital para seguir produzindo subjetividades traumatizadas, fazendo com que muitos sujeitos se apeguem ao familiar e não consigam se imaginar de forma diversa, e qualquer ameaça de esfacelamento deste mundo é sentida como um desmoronamento afetivo. Com isso, reforça a submissão e o engajamento na conservação desse ordenamento. Sobre isso, entendemos que o conservadorismo não é só uma resposta dessa expropriação, mas também se configura como uma lógica devoradora de existências diversas. Os efeitos da mobilização dessas forças podem ser sentidos nos relatos de D4 que, na manifestação do #EleNão (2018), mesmo sofrendo ameaças, bradou: *"eu falei que vou [em] cima do caminhão, porque, se a bala vier, é mais fácil saber de onde veio"*, demonstrando que a bala está sempre à procura de quem cruza as fronteiras dos dominantes, aspecto complementado pelas palavras de E5: *"vamos matar um para dar o recado para os demais"*.

De muitas formas vamos recebendo esse recado, inclusive vivenciadas por um dos pesquisadores deste estudo, que foi demitido como professor universitário por sua atuação com perspectivas sociais críticas e com os estudos de gênero e sexualidades. Esse acontecimento se transversaliza com os diálogos compartilhados com as participantes, no reconhecimento de como o sexismo, o racismo e a LGBTfobia se encaixam e se reproduzem no cotidiano das práticas sociais e institucionais no Oeste catarinense, revelando uma distribuição desigual da proteção ou exposição às violências, principalmente contra mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, racializadas e de esquerda. É necessário considerar que o incômodo dos conservadores se volta, sobremaneira, contra quem ameaça os projetos históricos de concentração do poder econômico e político (Segato, 2021).

Outrossim, o imaginário em torno do "veado" tem sido um elemento reiteradamente acionado nas reações violentas por confrontar a identidade regional do desbravador, como nos ataques contra quem organiza as *"Paradas de veados"* (J11) e contra pessoas trans lidas desta maneira (L12). No relato de B2, percebe-se o uso dessa difamação, ao ouvir de colegas vereadores que: *"nós não queremos (...) não pode misturar as coisas (...) porque o nosso imposto está indo nessa merda que fica falando desses veados"*. O respectivo relato indica tentativas de impedir o debate e a formulação de políticas para o enfrentamento de violências LGBTfóbicas, contudo, de forma ampla, as próprias marcas violentas da construção das identidades cisheteronormativas. Nos jogos em torno das ofensivas antigênero, podem significar a politização da homofobia para mobilizar o estigma da oposição política e para reafirmar o controle masculino do Estado (Serrano-Amaya, 2019). Indicam, igualmente, a intensificação do pânico moral que recai contra a visibilidade das pessoas trans, numa epidemia de transfobia (Fassin, 2023).

Especificamente sobre a violência política direcionada às mulheres, as participantes mencionam episódios como o anunciado por C3: *"toda sessão eles me agredem (...) dizem que a gente está lá para fazer o mal para o povo, acabar com as famílias"*, e por D4, ao expor que:

vocês nem ouvem o que eles falam nos microfones fechados (...) teve um vereador (...) que pegou no braço e falou que eu era muito 'brabinha', mas mesmo assim queria me comer,

complementando que quanto mais se irritava com as situações, mais os colegas esboçavam: *"a louca vai começar"*. Ainda, A1 expõe as perseguições que sofreu por ter exposto uma situação violenta em seu município, sendo doloroso ter percebido que as *"mulheres se regozijavam com o ataque que eu recebia (...) é porque eu falei (...) e as pessoas se sentiram mais ofendidas porque eu sou daqui"*. Nas linhas dessas falas se conectam elementos que buscam reiterar o domínio masculino enquanto uma tomada arbitrária da palavra, e quando as mulheres vereadoras não atuam como *"bem-comportadas"* são consideradas *"traidoras do gênero"*, justificando o merecimento da violência política, uma forma de deter a participação e punir o ativismo feminista e antirracista no Estado (Amanda Cegatti, 2023).

Para as traidoras, recaí toda forma de desprezo e exclusão, alcançando diversas dimensões de suas vidas, como nos relatos de demissão pessoal e de familiares (I9 e D4), na produção de moções de repúdio contra a atuação docente (J10), e na lista de incentivo ao boicote de

empresas e profissionais que apoiaram o Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições de 2022 (A1 e I9). Esse ambiente permeado de violências produz diversos sofrimentos, como informado por J10, que vivenciou sintomas depressivos e se sentia constantemente ansioso, destacando que: *“na sessão da Câmara, quando aprovaram a moção, tem um cara comentando que eles não deveriam só se atentar a mim, mas ir atrás do meu pai, mãe, irmã e sobrinho, que tem 2, 3 anos. Então, é um ódio focado”*. Nesta direção, D4 anuncia que: *“quando tinha algum enfrentamento em público ou eu sabia que ia ser violentada (...) me medicava para dar tempo de (...) aguentar a sessão”*, contexto que foi agravado com o tempo, e se emociona ao relatar que: *“tentei suicídio duas vezes, por medo de estar fazendo mal para minha filha. E eles não vão parar até eu morrer”*. No decorrer da entrevista, D4 menciona a decisão de não voltar a se candidatar e, em seu relato, assim como se apresenta para J10, demonstra como a violência se estende para suas famílias, como se todo seu entorno devesse ser eliminado para não proliferar dissidências.

Adentrar neste campo de reflexões sobre o ódio, para Butler (2024), envolve a tarefa crítica de identificar as paixões fascistas e ímpetus autoritários, que buscam a manutenção do poder às custas da eliminação das vidas consideradas dispensáveis. Esse aspecto se relaciona com episódio ocorrido no município de São Miguel do Oeste/SC (2022), em que manifestantes bolsonaristas *“fizeram um gesto nazista, numa cidade que tem células nazistas, num estado que é o berço de células nazistas (...) depois produziram fatos para justificar que aquele gesto era normal, uma prática cultural”* (N.I.).⁴ Essa alusão ao nazismo faz refletir sobre o fascismo e suas pretensões totalitárias, que facilmente se adaptam conforme os jogos em andamento, condensando o medo e o ódio irrefletidos aos tornados inimigos que, na atualidade, se intensificam com o “fantasma do gênero”. Desmascarar esse poder, infiltrado em vestes civis e pretensamente inocentes, demonstra como a resistência às ofensivas antigênero se configura como uma das principais batalhas contra o fascismo do nosso tempo.

Fragmentos de ideias para seguir lutando

Qual o papel das mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ para a história futura? Nas alianças dos corpos que aparecem na cena pública para questionar, reivindicar e festejar, se movimentam possibilidades inéditas de subjetivação e luta. Como destaca Foucault (1988, p. 91), não existe uma lei para o revolucionário ou uma alma que alimenta as revoltas, mas “resistências no plural, possíveis, necessárias, improváveis, selvagens, espontâneas, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis”. Nesse sentido, registramos um microacontecimento relatado por J10: *“No município vizinho, o prefeito foi no palanque, no 7 de setembro, e falou absurdos, que a comunidade estava em ruína, que tinha votações para descriminalizar o aborto, homossexuais andando livremente (...)”*, e sobre o impacto dessa fala, refere sua mágoa pelo fato de que *“uma aluna tinha tentado suicídio poucos dias antes, aí uma professora insistiu que ela fosse tocar bateria, e se deparar com um discurso daquele deve ter sido destruidor. (...) Só que depois disso, a mãe dessa menina começou a aceitar mais a sexualidade dela”*. Por fim, argumenta: *“E até que de uma coisa ruim surgiu uma coisa boa, né?”*.

No ato performativo do prefeito observa-se a retórica neoconservadora que se utiliza da moralização das incertezas para ampliar sua representação política (Biroli, 2019), do qual fizeram-se ouvir palmas de apoio, constrangimento e sadismo desavergonhado. Entretanto, esse episódio também abarcou protestos e o silêncio não conivente, contribuindo para instantes de desencaixes e contrapoder, como nas relações entre mãe e filha. São acontecimentos que provocam brechas nos regimes que engendram o empobrecimento da vida, fazendo surgir coisas boas, não enquanto uma decisão moral e individual, mas de condições para resistir ao que produz uma vida ruim (Butler, 2018). O mesmo movimento que propagou pânico morais contribuiu para visibilizar as desigualdades, sentida nos afetos, nas relações sociais e nas demandas dirigidas ao Estado, provocando momentos em que os sujeitos exigem a verificação da igualdade do que pode ser considerado numa comunidade (Rancière, 2021).

Nos diálogos com as participantes são mencionadas condições para insurreição dos afetos contra os abusos e os esgotamentos destas lógicas, como a ocupação das ruas em frente às Câmaras de Vereadores, nas táticas de se silenciar ou responder aos absurdos propagados nas redes sociais, na produção do senso crítico em salas de aula de escolas e universidades, entre outros possíveis. Como demonstra J10: *“se a gente consegue incomodar determinadas pessoas é porque está fazendo do jeito certo, né?”*.

Especificamente sobre a contingência na decisão estratégica pelo silêncio, problematizamos que a busca por desestimular o alcance dos discursos antigênero e a defesa contra a angústia mobilizada pela agressividade nos embates podem ter como efeito a não polemização que segue mantendo ocultos os danos e as hierarquias desse ordenamento

⁴ Neste mesmo período, na cidade vizinha de Descanso/SC, foram dispersados cartazes com imagens análogas à propaganda nazista contra a ideologia de gênero e a comunidade LGBTQIAPN+, inclusive fixados na residência de um casal de mulheres lésbicas.

desigual. Como exemplo, são apontados os usos do silêncio dentro dos partidos de esquerda, quando não se envolvem com certos debates, pelo receio de que essas pautas não convirjam votos (D4) ou de que podem prejudicar o mandato político (A1, E5 e G7), e nos movimentos sociais que não conseguem dialogar com segmentos mais vulnerabilizados entre as mulheres e a população LGBTQIAPN+ (H8). Sobre isso, Rolnik (2018) comenta que ignorar a agitação das insurgências de gênero e sexualidades pode neutralizar a própria potência do combate micropolítico, e isso revela a necessidade de uma permanente tensão sobre como o cálculo do silêncio pode aprisionar e limitar a atuação das esquerdas conforme as lógicas neoconservadoras que trocam votos pela nossa vida e possibilidade futuro.

Sobre o desafio de resistir à colonização dos horizontes utópicos, H8 menciona a apropriação neoliberal de pautas feministas e LGBTQIAPN+ que têm apostado na despolitização das pessoas, o que é corroborado por F6, ao tratar da dificuldade de avançar na busca por direitos, uma vez que: *“a gente não consegue aprofundar o debate sobre (...) empregabilidade, saúde, acesso à educação, porque eu estou sempre falando a respeito do fulano que nasce ‘veado’ (...) da diferença entre travesti, transgênero e transexual”*. Essa repetição discursiva ultrapassa a ideia do não reconhecimento identitário, remetendo para as condições de não escuta de reivindicações e demandas por justiça e, como aposta Rancière (2021), a luta por maior igualdade em termos legais e econômicos implica momentos nos quais as pessoas falam e outros deveriam escutá-las.

Quebrando muros. Em 2024, uma das intensidades na Parada de Luta LGBTQIA+ foi a execução do Projeto Marretada Transgênera, que reuniu artistas e ativistas trans que construíram um muro de tijolos (pichado de “Cistema”) e, em seguida, o demoliram. As pessoas que assistiam vibravam com a performance, desejosas por dar marretadas e compartilhar desta destruição, sendo reparador o momento em que foram plantadas flores nos destroços, indicando a possibilidade de: *“dar um fim nas violências do mundo e estender o tapete para a liberdade de [se] ser quem se é”* (L12). Das quebras possíveis com a performance, ressaltamos a ampliação da reivindicação das pessoas trans e na reafirmação da potência da arte como uma arma decolonial. Conforme L12, foi *“como se a gente não tivesse medo do conflito que se instaura com a nossa presença no espaço, né?”*. As possibilidades de inversão do poder, conforme Foucault (2019), se constituem nas lutas locais e a partir de sua própria atividade, e envolvem experimentações que geram rupturas na forma como os sujeitos se entendem e como transitam em cenários mais amplos das relações sociais (Rancière, 2021).

De forma não surpreendente, a Marretada recebeu inúmeros ataques de vereadores nas redes sociais, já impulsionados pelas disputas eleitorais nos municípios, chamando atenção para o argumento mais eloquente utilizado de desperdício de tijolos novos, supostamente por desconsiderar a realidade de quem não tem casa e comparada a uma “atitude desumana” de jogar comida fora. Frente à impossibilidade de desviar os olhares, esses grupos realizaram a opção por explorar as desigualdades, do que e de quem deve ser protegido pelo projeto histórico de acumulação capitalista e sua relação com a defesa da propriedade privada. Como aborda Fassin (Pelúcio; Paz, 2019), se a eficiência da extrema-direita é jogar com os afetos e a intimidade para manter uma ordem sexual, tornando a desigualdade desejável, o nosso trabalho envolve fazer da igualdade algo desejável. Enfrentar as forças destrutivas do fantasma de gênero, para Butler (2024), envolve defender o princípio de uma ética em que as pessoas possam viver e viver com outras pessoas em condições de igualdade e liberdade para respirar e amar sem medo da violência, habitando um mundo que se produz coletivamente, de modo diverso.

Para quem nos acompanhou até aqui, não perpetue o imaginário de terra arrasada, dos sertões habitados unicamente por gente conservadora, e de que as histórias não podem ser contadas desde uma perspectiva do interior, desconsiderando as bordas das lutas que se fazem em cotidianos não vistos e ouvidos. O Oeste catarinense é terra de povos indígenas, caboclos, pretos, mulheres, pessoas LGBTQIAPN+, entre outros povos que não se rendem às opressões dos “moinhos de vento” do sistema-mundo cisheterossexual, patriarcal e racista. Para as vozes que anunciam o fim do mundo, nossas espadas, punhos e marretas estão prontos...

Referências

ARAÚJO, Victor; GATTO, Malu A. C. “Can conservatism make women more vulnerable to violence?”. *Comparative Political Studies*, v. 55, n. 1, p. 122-153, 2022. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/00104140211024313>.

BIROLI, Flávia. “A reação contra o gênero e a democracia”. *Nueva Sociedad*, v. 23, n. 65, p. 76-87, 2019. Disponível em <https://nuso.org/articulo/reacao-contr-o-genero-e-democracia/>.

BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. *Quem tem medo do gênero?* São Paulo: Boitempo, 2024.

CARRARA, Sérgio. "Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo". *Mana*, v. 21, n. 2, p. 323-345, 2015. Disponível em <https://www.scielo.br/j/mana/a/6D5zmtb3VK98rjtWTQh8Gg/?format=html>.

CEGATTI, Amanda Carolina. *Mulheres de verdade, feministas bem-comportadas ou traidoras do gênero: misoginia e violência política contra mulheres no Brasil*. 2023. Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

CERVANTES, Miguel De. *Dom quixote*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FASSIN, Éric. "An Epidemic of Transphobia on French Turf". *DiGeSt – Journal of Diversity and Gender Studies*, v. 10, n. 2, 2023. Disponível em <https://www.digest.ugent.be/article/id/90002/print/>.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

HASS, Monica. *O linchamento que muitos querem esquecer: Chapecó, 1950-1956*. Chapecó: Argos, 2013.

HUR, Domenico Uhng. "Cartografia das intensidades: pesquisa e método em esquizoanálise". *Revista Práxis Educacional*, v. 17, n. 46, p. 275-292, 2021. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2178-26792021000300275&script=sci_arttext.

MOMBAÇA, Jota. *Não vão nos matar agora*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MORÁN FAÚNDES, José Manuel. "La biopolítica neoconservadora en Latinoamérica: entre imaginarios moleculares y la precarización neoliberal". *Lasa Forum*, v. 54, n. 1, p. 20-26, 2023. Disponível em <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/226439>.

MORÁN FAÚNDES, José Manuel. "Conservador, fundamentalista o antigênero?: Conceptualizando al movimiento 'provida/profamília'". *Revista Estudos Feministas*, v. 32, n. 2, p. e96573, 2024. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/5zJZ5FgpidQD3DsYFgs6dxP/>.

PELÚCIO, Larissa; PAZ, Diego. "'A democracia sexual no coração da democracia': a centralidade do gênero para a leitura do presente – entrevista com Éric Fassin". *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, v. 23, p. e190258, 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/icse/a/dp6WfstkkjcBp9fKvqtjZQy/?lang=pt>.

PORTOCARRERO, Vera (Org.). *Filosofia, História e Sociologia das Ciências I: abordagens contemporâneas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994. p. 43-55.

QUIJANO, Aníbal. "Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina". *Estudos Avançados*, v. 19, n. 55, 2005. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ea/a/KCnb9McPhytSwZLLfyzGRDP/?lang=pt>.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento*. São Paulo: Editora 34, 2018.

RANCIÈRE, Jacques. *O método da cena*. Belo Horizonte: Quixote Do, 2021.

RENK, Arlene. *Narrativas da diferença*. Chapecó: Argos, 2004.

ROLNIK, Suely. *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

ROMANO, Roberto. "O pensamento conservador". *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 3, p. 21-31, 1994. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39377>.

SCHUCK, Anderson Luis. *Entre tramas, metamorfoses e insubmissões na produção da política sexual no oeste catarinense: leituras micropolíticas das ofensivas antigênero em cenários (neo)conservadores*. 2024. Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

SEGATO, Rita Laura. *Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SERRANO-AMAYA, José Fernando. "'Ideología de género', populismo autoritario y políticas sexuales". *Nómaditas*, n. 50, p. 155-173, 2019. Disponível em http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0121-75502019000100155&script=sci_arttext.

SERRANO-AMAYA, José Fernando. "Políticas Antigênero: um olhar panorâmico". In: CORRÊA, Sonia (Ed.). *Políticas antigênero na América Latina: resumos dos estudos de casos*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids – ABIA, 2021.

Anderson Luis Schuck (anderson_schuck@hotmail.com) é psicólogo formado e com pós-graduação em saúde mental pela Universidade Regional do Oeste de Santa Catarina (Unochapecó), mestre em psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutor pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atua com temas relacionados com gênero e sexualidades, política sexual, neoconservadorismo, políticas públicas e direitos humanos. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9444183434259336>.

Henrique Caetano Nardi (hcnardi@gmail.com) possui Graduação em Medicina pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mestrado e Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Pós-Doutorado na EHESS de Paris (2008). Atualmente, é Professor Titular, coordenador do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX) e do Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH) do Instituto de Psicologia da UFRGS. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9591044257330893>.



COMO CITAR ESTE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

SCHUCK, Anderson Luis; NARDI, Henrique Caetano. "Quem produz resistências às ofensivas antigênero?". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 34, n. 2, e104159, 2026.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Os autores contribuíram igualmente na produção do artigo.

FINANCIAMENTO

Bolsa de Doutorado UNIEDU/FUMDES/Pós-Graduação, da Secretaria de Educação do Governo de Santa Catarina. Bolsa de Produtividade CNPq.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os dados de pesquisa estão disponíveis em repositório.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

CAAE 78468924.7.0000.5339, Parecer 6.758.279, Instituto de Psicologia, Saúde e comunicação humana IPSSCH/UFRGS.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY 4.0 International](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em 11/12/2024
Reapresentado em 30/07/2025
Aprovado em 04/08/2025

EDITORA RESPONSÁVEL

Luzinete Simões Minella  0000-0001-7953-7385

EDITORA CIENTÍFICA

Cristina Scheibe Wolff  0000-0002-7315-1112